

REQUERIMENTO Nº , DE 2016 – CAE

Senhora Presidenta,

Nos termos do inciso II, do artigo 93, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, seja realizada, no âmbito desta Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, audiência pública para discutir os efeitos da PEC 241, de 2016, em tramitação no Legislativo Federal, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o novo regime fiscal e limitar por vinte anos os gastos públicos.

Para tanto, propomos sejam convidados:

- **Dra. Élide Graziane** – Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, Pós-Doutora em Administração pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas e Doutora em Direito Administrativo pela UFMG;
- **Ingo Wolfgang Sarlet** – Professor titular da PUC-RS, cadeira de Direito do Estado e desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul;
- **Professor Heleno Torres** – Professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

JUSTIFICAÇÃO

A polêmica Proposta de Emenda à Constituição nº 241, de 2016, enviada à Câmara dos Deputados em junho do corrente ano pelo governo



interino do presidente Michel Temer, pretende estabelecer pelos próximos 20 (vinte) exercícios financeiros um limite para as despesas primárias do governo federal.

Entendemos que os impactos provocados por tal proposta devem ser detidamente analisados sob os aspectos econômicos, constitucionais e sociais, sobretudo por limitações de investimentos em setores tutelados na forma de cláusulas pétreas pela Carta Maior.

Neste sentido, apresentamos o presente requerimento para a realização de audiência pública, a fim de trazer luz às alterações constitucionais que se pretende, de forma açodada, com a referida PEC. Para tanto, contamos com o apoio dos nobres pares.

Sala de Reuniões, em de outubro de 2016.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN
PCdoB/AM

